

cas do Estado e apresentadas as características próprias de cada setor de atuação do Poder Público Estadual, em termos de oferta e demanda de serviços públicos. Fazem parte, também, desse documento os quadros que demonstram os recursos previstos e os dispêndios programados, desdobrados por área de ação, setor, órgão e categoria programática.

Tais elementos traçam os limites dentro dos quais se desenvolve a ação governamental, como condicionantes necessários do planejamento e da execução das atividades administrativas do Estado.

Sinteticamente, os objetivos essenciais dos investimentos a serem financiados pelo Orçamento Plurianual, para 1974 a 1976, são os seguintes:

a) manutenção a níveis elevados, da taxa de crescimento do produto interno bruto do Estado, mediante a atuação conjunta e a interação dos setores público e privado;

b) a gradual interiorização do desenvolvimento da economia, mediante implantação de medidas que possibilitem a criação, em cada região do Estado, de bases necessárias ao processo de desenvolvimento auto-sustentado.

A implementação dos objetivos governamentais tem sido possível graças à eficiência da atuação dos diferentes órgãos da Administração estadual.

Os instrumentos dessa implementação, aos quais os órgãos estaduais têm recorrido para consecução dos aludidos objetivos, podem, basicamente, ser incluídos numa das três seguintes grandes categorias:

a) investimentos em infra-estrutura. Com a finalidade de criar condições adequadas ao efetivo desenvolvimento regional do Estado, em moldes harmônicos e equilibrados, preocupou-se o Governo em aplicar, de forma maciça e coordenada, recursos financeiros em obras e projetos de infra-estrutura, de modo a que as regiões interioranas disponham dos fatores locais que, em última instância, venham a atrair as empresas privadas. Entre os investimentos de infra-estrutura destacam-se os realizados no setor rodoviário, para a implantação do PROINDE; aqueles realizados no setor de ferrovias, bem como os vultosos recursos alocados nos setores Saneamento, Energia e Telecomunicações;

b) desenvolvimento dos Recursos Humanos. Paralelamente à aplicação de investimentos em infra-estrutura, tem o Governo se preocupado permanentemente com o amplo desenvolvimento desse setor, dando ênfase, em suas programações, à distribuição equitativa de equipamentos e serviços públicos, proporcionando, com isso, o acesso de toda comunidade aos benefícios do desenvolvimento sócio-econômico;

c) apoio e orientação à iniciativa privada. Com o escopo de apoiar e estimular e de orientar a iniciativa privada nas direções julgadas mais convenientes e produtivas, põe-se em prática um conjunto de programas que conduzam o setor privado à tomada de decisões, fundadas em dados informativos e no assessoramento dos órgãos técnicos. Essa prática se volta, especialmente, para as empresas de pequeno e médio porte, seja mediante a elaboração de estudos e análises, postos à sua disposição, ou mediante a prestação de assistência técnica, além da utilização de adequados instrumentos de política tributária e creditícia. Os diagnósticos sócio-econômicos elaborados para

cada região administrativa, bem como os indicadores de natureza conjuntural que, mensalmente, são compilados, analisados e divulgados, constituem importantes dados informativos para o empresariado, que, neles, pode basear-se para correta tomada de decisões. No mesmo sentido, tem sido também de grande valia o "Balcão de Projetos", através do qual o Governo fornece ao setor privado opções para mais indicada localização de seus empreendimentos.

Ressalte-se, também, a particular atenção dispensada pelo Governo quanto a elaboração e divulgação de pesquisas tecnológicas, visando às necessidades nacionais, bem como a implementação de vasto programa de assistência técnica à agricultura. No que se refere à promoção das exportações, atua a COPEME de forma dinâmica, devendo ser mencionado o trabalho que vem sendo realizado pela Assessoria Técnica de Informações para o Comércio Exterior, inclusive com a mobilização de todas as agências do Banco do Estado de São Paulo, no exterior.

No que concerne à política tributária, especial ênfase tem sido atribuída aos incentivos dirigidos à ampliação das exportações e ao desenvolvimento da indústria nacional de equipamentos. No âmbito da política de crédito, sobressai a constante ampliação dos recursos destinados ao financiamento das atividades agro-pecuárias e à execução de programas especiais, como é o caso dos aplicados no desenvolvimento do Vale do Ribeira.

A continuidade da ação governamental é comprovada pela relação dos principais investimentos a serem realizados em cada área do setor público estadual. Conforme se poderá verificar, ao programar suas atividades para o triênio 1974-76, especialmente para o exercício de 1974, o Governo acompanhou a evolução das condições gerais do Estado, sem prejuízo dos aspectos básicos das diretrizes que formulou, desde o início de sua gestão.

Justificada, nesses termos, a anexa propositura e solicitando que sua apreciação, por essa nobre Assembleia, se faça no prazo de 40 (quarenta) dias, com fundamento no § 1º do artigo 24 da Constituição do Estado (Emenda nº 2), aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Laudo Natel
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado José Salvador Julianelli,
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.